



JANEIRO - JUNHO DE 2004

O LONGO CICLO DE AJUSTE DA ECONOMIA BRASILEIRA

Houve um tempo no Pós-Guerra cognominado com muitas etiquetas – “ciclo virtuoso” para uns, “anos dourados” para outros, “estado de crescimento firme” para os desenvolvimentistas - em que havia claro alinhamento do crescimento da produção econômica com o crescimento do emprego; e ainda que os rendimentos pessoais se distribuíssem desigualmente, estes também cresciam.

Aquele ciclo expansivo da economia brasileira, dos anos 30 ao início dos anos oitenta, cessou de operar, quer no lado quantitativo, porque a economia parou de crescer nos níveis anteriores (ao redor 7% ao ano), quer no aspecto qualitativo, porque não há mais os efeitos de encadeamento da produção e do emprego que houve no longo ciclo capitalista.

O país vive na atualidade um momento crítico de sua história econômica. Depois de mais de duas décadas de semi-estagnação, várias crises e sucessivas tentativas de estabilização e ajuste, a última já em seu 6º ano consecutivo, a situação econômica e social só fez agravar-se. A taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que havia alcançado a expressiva marca de 7,40% anuais nos trinta anos precedentes, caiu para 1,57% no período 1981/90, foi de apenas 2,65% nos anos 90 e, nos três anos do atual decênio, situou-se em 0,90%, abaixo da taxa de crescimento demográfico.

Mas a redução da taxa de crescimento não revela, em toda sua extensão, a magnitude das conseqüências do ajuste realizado na economia brasileira. Para a grande maioria da população, o impacto das políticas adotadas nas últimas duas décadas, particularmente a partir do ciclo neoliberal iniciado nos anos 90, foi muito mais severo do que deixa transparecer a medíocre evolução do PIB. É o que mostram os dados das pesquisas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) sobre o rendimento médio real dos assalariados (trabalho principal) e o desemprego aberto, que embora restritos à região metropolitana de São Paulo, servem como indicadores das tendências globais verificadas no período.

Ainda deixando de lado, por falta de informação completa e confiável, a década de 1980, os resultados das pesquisas são estarrecedores. Ao longo dos 13 anos de experimento neoliberal (1990/2002), a taxa de desemprego aberto cresceu quase ininterruptamente, passando de 6,59% para 12,12% da população economicamente ativa (PEA), um acréscimo de 83,82%. Como a PEA também aumentou (36,3%), o contingente de desempregados expandiu-se duas vezes e meio naquele período. Agregue-se a isso a precarização das condições de trabalho, com a redução, em termos absolutos, dos trabalhadores com carteira assinada e aumento explosivo da informalidade.

¹ **Boletim de Análise de Conjuntura – sob os auspícios da Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CBJP:** SE/Sul, Quadra 801, Conjunto “B”, 70401-900-Brasília DF, tel. (61) 323-8713; fax (61) 322-2648; e-mail: cbjp@cbjp.org.br
Comitê de Redação: Pe. Thierry Linard de Guertechin (IBRADES), Pe. Antônio Abreu (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento - IBRADES), Pe. Bernard Lestienne (IBRADES), Francisco Whitaker Ferreira (CBJP), Carlos Moura (CBJP), Gerson Gomes (CBJP), Beto Almeida (CBJP) Guilherme da Costa Delgado (CBJP), Pe. José Ernanne Pinheiro –Assessoria Política - (CNBB), Marcos Lins, Nielsen de Paula Pires, Pedro Ribeiro de Oliveira (Comunidades Eclesiais de Base (CEBs–CNBB), Irmã Rosita Milesi (Instituto Migrações e Direitos Humanos - IMDH), Pe. Virgílio Leite Uchôa (CBJP) **Revisão:** José Sílvio de Lana Marques– **Publicação e divulgação:** Conselho Nacional dos Leigos do Brasil (CNLB), endereço eletrônico: laicatodobrasil@uol.com.br -Colaboram nesta edição especialmente Gerson Gomes e Guilherme da Costa Delgado.

Com relação aos rendimentos reais, a deterioração, embora menos intensa, foi igualmente impressionante. A recessão do início dos anos 90 gerou uma queda acentuada dos rendimentos, que se recuperaram parcialmente no período 1993/97, para voltar a cair, de maneira contínua, a partir de 1998. No conjunto do período, a perda nos rendimentos reais dos assalariados atingiu 33,2%.

Em resumo, o modelo de ajuste neoliberal, com foco na lógica do mercado desregulamentado e na ortodoxia das políticas macroeconômicas – supostamente para modernização do país e criação das precondições para o crescimento sustentado – não somente fragilizou e tornou mais vulnerável a economia e elevou exponencialmente a dívida pública, mas também, em nome de uma ilusória e precária estabilidade dos preços internos, provocou uma brutal degradação do consumo dos assalariados e de suas condições de vida e de trabalho. Esta foi, em realidade, a verdadeira âncora do processo de estabilização e ajuste da economia. Uma recessão contínua, socialmente focalizada, cuja dimensão não se expressa nos indicadores médios de desempenho da economia nem nas variáveis que o “mercado” considera relevantes em suas análises e expectativas.

A contribuição do governo Fernando Henrique Cardoso a esse desastre foi decisiva. O efeito combinado da reforma monetária – que eliminou o imposto inflacionário e abriu espaço à expansão do crédito –, dos aumentos inicialmente concedidos ao salário mínimo e da queda dos preços induzida pela abertura da economia e sobrevalorização da taxa de câmbio, permitiu, em um primeiro momento, a elevação da renda dos trabalhadores, que cresceu 6,2% ao longo do quadriênio 1995/98. Ao mesmo tempo o desemprego se expandiu a taxas extremamente elevadas: a taxa de desemprego aberto calculada pelo DIEESE acumulou um crescimento de 30,8% nesse período. A introdução do sistema de metas de inflação, na esteira da crise que encerrou a aventura do populismo cambial do quadriênio anterior, modificou a dinâmica dessas variáveis: a queda no rendimento real dos assalariados, iniciada em fins de 1997, acelerou-se fortemente (27,7% no quadriênio 1999/2002) enquanto que a taxa de desemprego aberto, graças ao miniciclo de crescimento em 2000, continuou aumentando, mas a um ritmo mais lento (4,8% no período).

O governo Lula, constrangido a administrar a chamada “herança maldita”, não teve espaço para modificar, no seu primeiro ano, as linhas mestras dessa política econômica, com o que se agregaram pontos adicionais tanto na taxa de desemprego aberto quanto na redução dos rendimentos dos assalariados, embora a recuperação da economia a partir do segundo trimestre de 2003 tenha permitido, no final do ano, uma certa melhora neste último aspecto. A continuidade desse processo de recuperação nos primeiros meses de 2004 – segundo os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de janeiro a março o PIB aumentou 1,6% com relação ao trimestre anterior, completando três trimestres consecutivos de expansão da atividade econômica –, ajudado com algumas medidas anunciadas pelo governo para a expansão dos investimentos produtivos e remoção de gargalos na infra-estrutura, abre a perspectiva de que possam consolidar-se a tendência de reversão da queda dos rendimentos dos assalariados e a desaceleração da taxa de crescimento do desemprego.

No entanto, para absorver os novos contingentes que ingressam ao mercado de trabalho e diminuir a massa de desempregados atualmente existente, o país necessita crescer, sustentadamente, a taxas muito mais elevadas do que a projetada para 2004 (3,5%). Necessita também que o padrão de crescimento, ao contrário do que aconteceu no passado, esteja voltado para o aumento do emprego e a redução da pobreza e da desigualdade social. Taxas de crescimento medíocres e a concentração dos custos do ajuste da economia nos setores relativamente mais frágeis da sociedade tendem a tornar insustentáveis a convivência social e a preservação da nossa identidade e autonomia como nação.

Romper essa lógica supõe, no curto prazo, flexibilizar as políticas monetária e fiscal, estendendo no tempo as trajetórias de redução da inflação e de diminuição da relação dívida líquida/PIB –

de maneira a permitir que seja o crescimento, e não a recessão, o gerador dos recursos e condições para assegurar o cumprimento dos compromissos externos e o reequilíbrio das finanças públicas – e remover as restrições aos investimentos e ao crédito interno direcionados à expansão da infraestrutura e ao aumento da abrangência e qualidade dos serviços sociais básicos.

Estudos teóricos e empíricos demonstram que a taxa de inflação que maximiza as possibilidades de crescimento é diferente para países desenvolvidos e em desenvolvimento, sendo seus valores mais elevados neste último caso. Alguns autores situam tais valores entre 5% e 10%. Perseguir metas de inflação muito baixas em prazos relativamente curtos, como se tem feito nos últimos anos, impõe severos sacrifícios à população, especialmente à classe média e, mais intensamente, aos setores de menor capacidade econômica. O importante é manter sob controle a inflação e alongar a trajetória de consolidação da estabilidade de preços (como fizeram outros países, inclusive o Chile, frequentemente citado como exemplo) em direção a um patamar compatível com as características e estágio de desenvolvimento do país. Qual é esse patamar mínimo no caso brasileiro? Não há como defini-lo abstratamente, com base em modelos teóricos de duvidosa capacidade de representação da nossa realidade. Como somente em dois dos últimos cinquenta anos a taxa de inflação foi inferior a 5,5%, é provável que nosso patamar mínimo, pelo menos no médio prazo, se situe em torno dessa cifra. Mas isso só se poderá saber na prática em um processo de aproximações sucessivas.

Na mesma linha de raciocínio, é importante também reajustar, alongando, a trajetória de redução da relação Dívida Líquida/PIB. Estabelecer uma meta rígida e baixa – 40%, um número mágico que ninguém tem como justificar consistentemente – em um período de tempo curto inviabiliza, na prática, o crescimento, a redução do desemprego e a implementação das políticas sociais preconizadas pelo governo. O importante é a consolidação de uma trajetória da relação que reflita a determinação do Executivo de, ao contrário do que ocorreu no passado recente, impedir o endividamento público para fins meramente financeiros ou para a expansão do consumo. O próprio crescimento sustentado, uma vez flexibilizado a trajetória, pode acelerar o processo de saneamento das finanças públicas.

A idéia, implícita na visão dos defensores do fundamentalismo fiscal, de que um bom governo é o que só gasta o que arrecada é simplificador e falaciosa. Endividar-se para investir eficientemente os recursos, dentro de limites e condições compatíveis com a capacidade potencial da economia, é uma opção válida e frequentemente usada por um grande número de países, inclusive os mais adiantados, para financiar a expansão econômica e o desenvolvimento.

Sem o declínio continuado das taxas de juros e a conseqüente redução do superávit primário programado, o país ficará condenado, por tempo indeterminado, ao tipo de ajuste que vem praticando há mais de 14 anos. Basta qualquer turbulência, interna ou externa, para que o “mercado” – leia-se os bancos, os investidores e os especuladores daqui e de fora - destrua em poucas semanas os “avanços” conseguidos a custo de anos de estagnação, desemprego e exclusão social.

Esse modelo econômico, cujas raízes remontam ao chamado Consenso de Washington, foi renegado, há bastante tempo, pelos seus próprios idealizadores. O Brasil foi o último país latino-americano a render-se à sua lógica perversa. Resta saber se será também o último a abandoná-la.

PRODUÇÃO, EMPREGO E RENDIMENTOS NO BRASIL: COMO E PARA ONDE SE MOVEM

Diante desse quadro analítico, em que direção caminha o país? Quais as expectativas para se fugir do impasse generalizado?

Hoje quando se discute o chamado “espetáculo do crescimento”, ou mesmo os espasmódicos níveis de recuperação do PIB em face da estagnação de conjunturas recentes, nenhuma garantia subsiste de que haverá pela dinâmica dos mercados uma encadeada recuperação do nível de emprego da força de trabalho, nem tampouco dos seus salários e outros rendimentos das famílias. Hoje a dinâmica dos mercados opera contra o emprego da força de trabalho não especializada em qualquer conjuntura.

Traduzindo para uma linguagem de compreensão mais geral: com a economia estagnada ou semi-estagnada com que vimos convivendo nestas duas décadas e meia - depois do fim do longo ciclo de crescimento – não há como incorporar força de trabalho nova, nem manter a antiga. Daí que cresceram fortemente as taxas de desemprego aberto (pessoas desocupadas procurando emprego no mês de referência), e de desalento (pessoas desocupadas que desistiram de procurar emprego). Trazê-los de volta à economia em novas bases ocupacionais e produtivas é o desafio que se coloca para o desenvolvimento.

Por outro lado, se por hipótese a economia voltasse a crescer nos níveis do passado (ao redor de 7% ao ano), puxada pelas exportações, como ora se cogita, esta hipótese por si própria não se traduziria em fator de encadeamento do emprego e da renda social. O emprego de força de trabalho e a distribuição da renda social gerada por efeito do crescimento da produção dependem hoje de um conjunto muito complexo de fatores de desenvolvimento, que não estão garantidos pela dinâmica dos mercados. No caso brasileiro em especial, dependem de outro projeto de país.

Há certamente a possibilidade de se expandir um “Produto Potencial” da economia, ao qual se vincule a expansão do emprego potencial dos setores ora desocupados ou subocupados, capaz de gerar rendimentos econômicos a essa população. Mas para puxar essa massa de recursos ociosos para economia real é preciso desenvolver o setor de subsistência rural e a economia informal (desprotegida) urbana, onde já se concentram mais da metade da População Economicamente Ativa.

Isto requer um esforço de capacitação e organização da economia familiar e de suas formas múltiplas de cooperação e de organização, de maneira a habilitá-la a participar e se beneficiar no movimento dos mercados. Isto é possível, viável e necessário. Mas não é fruto de geração espontânea, nem se faz sem uma nova visão de desenvolvimento econômico e social. Fundamentos teóricos, éticos e políticos dessa visão de economia política existem, a margem do pensamento conservador dominante. Resta saber se há vontade e decisão política de pôr em prática esses fundamentos mediante uma grande mobilização nacional em torno de um novo projeto de nação.

Brasília, junho de 2004